



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO
2 HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2003, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA
3 MUNICIPAL DE SAÚDE, AV: AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.

4 Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e três, foi realizada a reunião extraordinária do Conselho
5 Municipal de Saúde, que teve início às horas pelo presidente do Conselho, Paulo Roberto Venâncio de
6 Carvalho, com a leitura de pauta: 1 - Informes gerais; 2 - Informes da mesa diretora; 3 - Financiamento da
7 rede hospitalar e assistencial de BH (Dívida do Fundo Estadual com o Fundo Municipal de Saúde/SMSA e
8 com os hospitais de BH); 4 - Discussão da participação do CMS/BH na PPI – Programação Pactuada
9 Integrada da região metropolitana de BH; 5 – Assuntos gerais. O conselheiro honorário Evaristo Garcia
10 informa sobre a dívida da previdência e do superávit primário. A conselheira local Niversina entregou um
11 documento à mesa diretora, solicitando materiais permanentes para o Centro de Saúde Vila Cemig. O
12 conselheiro João Athayde informa sobre o comitê de ética e pesquisa da UFMG e do Fórum Social
13 Brasileiro, do II Encontro de Formadores em Outubro/2002. Informa que está participando da comissão
14 temática do Fórum Social Brasileiro. O conselheiro do MOV, Geraldo Florêncio informa sobre o atual
15 funcionamento da Maternidade Odete Valadares. O presidente do CMS/BH, Paulo Roberto Venâncio de
16 Carvalho pede ao conselheiro João Athayde que traga maiores informações sobre o Fórum Social
17 Brasileiro. O conselheiro Sebastião agradece o apoio do CMS/BH e da SMSA, pela ampliação do Centro de
18 Saúde São Tomás e pela criação do Centro de Saúde do bairro Lajedo e encaminhou à mesa diretora a
19 resposta por escrito sobre os problemas na sala de vacina do Centro de Saúde Guarani, conforme
20 reclamação feita ao CMS/BH. O conselheiro Rubens disse que o Conselho de Saúde do Hospital das
21 Clínicas, está propondo fazer uma cartilha sobre os direitos do paciente que será distribuída a todos os
22 conselhos e comissões locais de saúde. O conselheiro distrital de saúde Oeste, José Firme Solano informa
23 que o PSF está funcionando no Centro de Saúde Vila Imperial. O conselheiro Dorvalino informa que no dia
24 14/05/2003, participou da audiência pública promovida pela comissão de saúde da câmara municipal sobre
25 o trabalho dos enfermeiros em BH. O conselheiro Roberto Francisco informa que foi tirado em assembléia e
26 que os mesmos estão em estado de greve, pois a PBH não tem dado a resposta necessária aos
27 trabalhadores. O conselheiro local da Vila Cemig, Renato cobra do Secretário Municipal de Saúde que volte
28 a discutir o projeto de combate a violência nas unidades de saúde e solicita que o mesmo repasse os
29 documentos sobre os recursos repassados ao DISAB. O presidente do CMS/BH, Paulo Roberto Venâncio
30 de Carvalho passa os informes da mesa diretora: 1 - Reunião da Comissão de Revisão do Regimento do
31 CMS/BH – Dia 19/05/2003, às 09:00 horas, na sala de reunião do Conselho; 2 - Reunião da Comissão de
32 eleições para gerentes das unidades de saúde de Belo Horizonte, dia 19/05/2003, às 14:30 horas, na sala
33 de reunião do Conselho; 3 - Reunião da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização, dia
34 20/05/2003, às 14:30 horas, na sala do Conselho. Pauta: Centro de Referência Secundária em Diabetes
35 Mellitus e Hipertensão Arterial no PAM Padre Eustáquio; 4 - Reunião da Câmara Técnica de Financiamento,
36 dia 21/05/2003, às 14:30 horas, na sala de reunião do Conselho. Pauta: Discussão sobre os recursos
37 financeiros do PSF para reforma das unidades de saúde; 5 - Plenária de conselheiros usuários do SUS/BH,
38 dia 22/05/2003, às 18:30 horas, no 14º andar da SMSA. Pauta: Escolha da nova coordenação da Plenária
39 de usuários e eleições de gerentes. 6 - Convidamos os conselheiros para escreverem um artigo sobre
40 Controle Social para a revista “Saúde Digital” vinculada a intranet da SMSA, o tema do mês de Junho será
41 sobre o Controle Social, prazo para entregar o mesmo até o dia 20/05/2003. Informações na assessoria de
42 comunicação do CMS/BH; 7 - Palestra: “Distúrbio de Aprendizagem e Epilepsia”, conferencista: Dra Maria
43 do Carmo Vasconcelos – neurologista da Santa Casa, dia 09/06/2003, de 19 às 21:00 horas, na Faculdade
44 de Medicina da UFMG, Av. Professor Alfredo Balena, 190 – sala 206. Confirmar presença nos telefones:
45 3275-4681. Promoção: Associação Mineira de Epilepsia; 8 - Café Parlamentar, dia 19/05/2003, às 9:00
46 horas, na rua Timbiras, 1.514. Pauta: Discussão sobre saúde; 9 – dia 09/05/2003 foi realizada a reunião das
47 entidades para a formação da comissão municipal da reforma psiquiátrica; 10 – Dia 16/05/03, às 14 horas,
48 caminhada das entidades da saúde mental com saída da Rua Goiás até a Av: Afonso Pena, em
49 comemoração ao dia municipal em defesa da luta antimanicomial, comemorado todo ano no dia 18/05. Em
50 seguida o presidente do CMS/BH, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho passa para o próximo ponto de
51 pauta que é o financiamento da rede hospitalar e assistencial de BH: dívida do Fundo Estadual com o
52 Fundo Municipal de Saúde/SMSA e com os hospitais de BH. Faz convite para compor a mesa o Secretário
53 Municipal de Saúde – Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, o representante da SES – José Maria
54 Borges, a representante da FHEMIG – Drª Terezinha de Fátima Soares, o representante do presidente da
55 comissão de saúde da Assembléia - Ricardo Duarte. O presidente do CMS/BH, Paulo Roberto Venâncio de
56 Carvalho informa que foram entregues aos conselheiros os seguintes documentos: 1 – Carta de Belo
57 Horizonte, aprovada em 29/08/2002; 2 – Carta de Belo Horizonte aprova no XIX Congresso Nacional de
58 Secretários Municipais de Saúde, dia 30/04/2003; 3 – planilhas que demonstram a dívida total da SES com
59 a SMSA. Em seguida o Secretário Municipal de Saúde, Helvécio Miranda informa que há um indício de crise
60 no atendimento hospitalar em BH. O caso mais evidente é o da Santa Casa que está com sua capacidade
61 de atendimento reduzida nos últimos dias. Na rede hospitalar, BH é referência estadual e tem uma atenção
62 hospitalar que responde à região metropolitana. Informa que temos uma rede hospitalar com predominância

63 majoritária do setor privado, contando também os filantrópicos com um percentual pequeno de leitos da
64 rede pública própria do SUS, expresso no HMOB, nos hospitais da FHEMIG e o Hospital das Clínicas da
65 UFMG e Sara Kubitschek que não é ligado diretamente ao SUS/BH, sendo um hospital financiado
66 diretamente pelo Ministério da Saúde. Isto compõe um cadastramento de 6.400 leitos à disposição do
67 SUS/BH. Desses 393 são municipais, 326 do Hospital das Clínicas e 1.700 leitos da FHEMIG. O restante
68 são leitos da rede hospitalar privada e filantrópica. Isto confere média de 2,8 leitos por 1000 habitantes no
69 estado de Minas Gerais. O que dificulta que os prestadores ofereçam esses procedimentos, como na área
70 de Otorrino, Ortopedia, Cardiologia e leitos de CTI. Como o estado não tem uma política de distribuição de
71 leitos de CTI adulto, BH tem sempre uma fila de pacientes aguardando pelos mesmos, muitos deles vindos
72 da região metropolitana e do interior do estado. Disse que por intervenção propriamente dita da PBH a
73 questão do atendimento Neonatal e da Pediatria está razoavelmente equacionada. Informa que ao longo
74 desses anos teve que descredenciar alguns hospitais pelos problemas de qualidade no atendimento,
75 principalmente na área de atenção à mulher e à criança. Temos dificuldades na regulação efetiva destes
76 leitos em BH. Disse que, ocorreram avanços no controle, avaliação e supervisão hospitalar da SMSA, da
77 implantação do novo sistema de informatização, de capacitação de recursos humanos e de discussão
78 contratual com os prestadores. Temos esses problemas e um caminho a percorrer para solucioná-los,
79 evidentemente muitos prestadores tem fluxos próprios, inadequados do ponto de vista da regulação pública,
80 que não é uma questão burocrática que tem que passar necessariamente por autorização prévia do gestor,
81 mas, é no sentido de dar ordenamento mais claro seguindo critérios de necessidades de formas
82 transparente para priorização das intervenções, seja no nível laboratorial ou no hospitalar. Informa que
83 existem problemas nos grandes hospitais filantrópicos e na rede FHEMIG, o que é uma construção
84 histórica. O sistema foi se desenvolvendo por várias razões como uma clara predominância privada, desde
85 a década de 60 e seguindo seus interesses. A história do sistema hospitalar de BH mudou pouco nos
86 últimos anos. Não teve alteração significativa no seu perfil, evidentemente para regulação pública e para a
87 capacidade de regulação do gestor, o balanceamento dos leitos públicos e privados é um grande problema
88 para BH, ao contrário da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo que tem uma predominância de leitos da
89 rede pública própria do estado, da união e do município. Nossa meta é regular publicamente 100% dos
90 leitos com seus fluxos claros e transparentes, seja no caminho das eletivas, seja na retaguarda de
91 urgências. A integração efetiva com os hospitais próprios do SUS, da FHEMIG, Odilon Behrens e o Hospital
92 das Clínicas, a melhoria na tecnologia do sistema de informática, de equipamentos para a área da
93 regulação, são um grande avanço na efetivação dos contratos com os prestadores de forma do direito
94 público, sendo prioritariamente o contrato global, especialmente com a rede pública, com os hospitais da
95 FHEMIG, com o Hospital das Clínicas e com o HOB, conforme a NOAS 2002. A relação deva-se dar na
96 forma de contratos globais de comum acordo, segundo interesse geral da gestão municipal. Disse que você
97 estabelece metas a serem alcançadas para aquele hospital como qualidade, humanização, produtividade,
98 taxa de ocupação de leitos, média de permanência e da assistência de forma global. Informa que a SMSA
99 irá em breve apresentar ao CMS/BH o contrato global com o Hospital das Clínicas da UFMG e que este
100 contrato é colocar efetivamente o hospital na rede do SUS/BH e das referências pactuadas. Estamos
101 discutindo a questão com o estado e a FHEMIG para efetivar de fato as unidades desta rede ao SUS/BH.
102 Disse que é preciso integrar as portas de entradas das urgências com a rede hospitalar, os centros de
103 saúde e da UPA com os hospitais. Informa que a situação atual é melhorar os hospitais estratégicos de BH.
104 O Estado fez convênios direto com os hospitais filantrópicos e que esta não é a forma de relacionar com os
105 hospitais diretamente. Disse que esta questão tem que passar pelo gestor municipal, conforme
106 determinação legal principalmente em BH, que está em gestão plena de saúde. Disse ainda que o Estado
107 não está repassando os recursos dos convênios aos hospitais da Baleia, Santa Casa, das Clínicas,
108 Evangélico, São José e Sofia Feldman, sendo este o motivo da discussão desta reunião que é a falta do
109 cumprimento do Fundo Estadual de Saúde com estes hospitais, o que tem causado problemas de
110 atendimento à população e o caso mais grave é o do Hospital Santa Casa, onde tem causado problemas
111 financeiros, refletindo no atendimento ao usuário do SUS e com este problema a fila de espera na Central
112 de Internação para CTI, clínica médica, cirurgia e especialmente nos casos mais complexos, pois a Santa
113 Casa é um grande prestador de serviços nestas especialidades em BH. Informa também que o Hospital
114 Sofia Feldman está passando por dificuldades com o não repasse de recursos para o UTI Neonatal e
115 Berçário de alto risco. Em seguida o Secretário Estadual Adjunto Estadual de Saúde, José Maria Borges
116 informa que esses problemas são difíceis e complexos. A orientação da Secretaria de Estado da Saúde
117 (SES) é de corrigir erros históricos da saúde no Estado. Mesmo tendo a FHEMIG, este não é o papel do
118 Estado, ele tem que ser regulador. O Estado não está fazendo convênios direto com os prestadores e sim
119 com os municípios. Os convênios especiais estão suspensos por causa de definição de recursos
120 financeiros. O Estado tem como herança da EC 29 – 700 milhões de reais/2003 e deve ao Fundo Municipal
121 de Saúde de BH e aos municípios na ordem de 320 a 340 milhões de reais em 2003. Os recursos do
122 Estado estão aumentando; numa curva ascendente com o cumprimento de 12% da EC 29. O Estado
123 interrogou os cinco hospitais não só por falta de dinheiro, mas também para tentar conduzir os diferentes
124 modelos de gestão. A partir de junho 2003, o Estado irá repassar R\$12 milhões aos hospitais filantrópicos.



125 Além disso, os convênios da Vigilância Sanitária, Epidemiológica e de Recursos Humanos serão pagos pelo
126 Estado e repassará os recursos para a região de Diamantina para desafogar a região metropolitana de BH.
127 A representante da FHEMIG, Terezinha de Fátima Soares, informa que o Estado reduziu o orçamento da
128 FHEMIG e que abriu dez leitos de CTI no Hospital Pronto Socorro de Venda Nova. A representante da
129 comissão de saúde da Assembléia Legislativa, Margareth, ressalta o papel do Legislativo e disse que o
130 Estado deixou de investir no ser humano e convida os conselheiros presentes para uma audiência pública,
131 no dia 29/05/2003, sobre o atendimento de urgência e emergência, às 9:30 horas e no dia 12/06/2003,
132 haverá uma audiência para receber o Secretário de Estado da Saúde para prestar contas do 1º trimestre do
133 ano e as suas ações na saúde de Minas Gerais. A representante da comissão de saúde da Câmara
134 Municipal de BH, a Vereadora Sílvia Helena, convida todos os conselheiros para unir nossas forças pela
135 saúde de BH. Em seguida o presidente do CMS/BH, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho passa para as
136 considerações do plenário. O 2º secretário do CMS/BH, Cléber das Dores, fala sobre a falta de respeito do
137 Estado, sugerindo que os usuários acionem o Ministério Público. Cobra envolvimento do Conselho Estadual
138 de Saúde e denuncia situação caótica da saúde, citando o Pronto Socorro de Venda Nova. O vice-
139 presidente do Conselho do Pronto Socorro de Venda Nova, Antônio Dias disse estar surpreso com a
140 quantidade de padrinhos do Pronto Socorro Venda Nova (PSVN), informa que o hospital atende 230
141 pacientes por dia na Urgência e o mesmo tem 24 leitos para pneumonia asiática e pede para acionar o
142 Ministério Público nos níveis municipal, estadual e federal. Informa que o Pronto Socorro de Venda Nova
143 atendeu 76 mil pacientes, em 2002. O conselheiro Roberto Francisco, manifesta sua solidariedade com os
144 trabalhadores da Santa Casa e disse que o governo estadual não consegue passar verbas para a saúde.
145 Propõe que seja acionado o Ministério da Saúde contra o Estado. O conselheiro Hervécio disse que o
146 Estado repassou o recurso zero para o município de Belo Horizonte e cobra ressarcimento dos planos de
147 saúde ao SUS e que sejam vigiados os convênios que são feitos pelos gestores da saúde. O conselheiro
148 Sebastião também faz cobrança dos remédios para os usuários e denuncia a falta de medicamentos nas
149 unidades de saúde. A conselheira Cléa da Mata questiona para onde foram os R\$700 milhões e se eles
150 foram para a Santa Casa. Propõe que seja feita uma auditoria na Santa Casa e diz que a FHEMIG não
151 prestou contas ao SUS e que a SMSA deve R\$7 milhões para a rede FHEMIG. O presidente da Associação
152 de Usuários do Sofia Feldman, Evaristo disse que o Sofia Feldman tem 40% de CTI Neonatal na grande BH
153 e o Estado deve R\$35 milhões ao hospital, a SMSA tem bancado a parte dela e a do Estado. Informa que o
154 Estado não deve R\$748 mil para o Hospital Sofia Feldman. O conselheiro Gilson elogiou a FHEMIG e
155 criticou a Prefeitura de Belo Horizonte. A conselheira Maria de Lourdes, propõe avançar na relação do
156 Estado com o município e levar a situação desta dívida ao conhecimento das comissões locais e dos
157 conselhos distritais de saúde de BH. A conselheira Rosalina Fernandes defende que o CMS/BH deva ir ao
158 Ministério Público para intervir nesta questão, disse que o Estado não está cumprindo as leis e falta
159 transparência do Estado e do município na prestação de contas, principalmente na questão da SMSA que
160 não informou ao Conselho sobre a dívida da SMSA com a FHEMIG. O presidente do CMS/BH, Paulo
161 Carvalho propõe que o CMS/BH solicite ao CES que pautar a discussão da dívida do fundo estadual com o
162 fundo municipal de saúde e que o CMS/BH peça a comissão de saúde da Assembléia Legislativa uma
163 audiência pública sobre esta dívida e que sejam convidados todos os conselhos municipais de saúde do
164 Estado de Minas Gerais. O conselheiro honorário, Evaristo Garcia disse que deve se reformular tudo, pois
165 nunca discutiram os fluxos migratórios de pacientes de BH. Em seguida o Secretário Estadual Adjunto
166 Estadual de Saúde, José Maria Borges fala que a maioria dos estados brasileiros não cumpriram a EC 29
167 nos últimos anos e defende o Conselho Estadual, dizendo que o mesmo tem acompanhado e aprovado as
168 contas da SES. Informa que o governo estadual está debatendo sobre os problemas reais da saúde e
169 pretende ter um papel de regulação e fiscalização e ser o parceiro nas dificuldades com os municípios. O
170 Secretário Municipal de Saúde, Helvécio Miranda disse que não é papel do Estado fazer convênio com
171 prestadores, informa que a SMSA tem acesso aos relatórios assistenciais e contábeis da Santa Casa,
172 citando o caso do Pronto Socorro da Santa Casa. Disse que dívida da SMSA com a FHEMIG começou em
173 2000 e em 2002 já está bem reduzida, o compromisso da SMSA é de não fazer a dívida crescer, que o seu
174 pagamento está condicionado ao pagamento da dívida da SES com a SMSA. Disse que a auditoria do
175 Ministério da Saúde aprovou o Programa de Assistência Farmacêutica de BH. Informa que para a compra
176 de mais remédios é preciso que BH coloque R\$17 milhões e a FUNED está atrasada na entrega dos
177 remédios, propõe que o Conselho Municipal de Saúde discuta a questão da Saúde Suplementar. Disse que
178 a portaria da Urgência não foi regulamentada e assim que for regulamentada os recursos financeiros virão.
179 A promotora de justiça de defesa da saúde, Drª Josely Ramos Pontes, cobrou dos conselheiros para
180 falarem mais dos repasses. Questionou se a SES vai cumprir ou não a EC 29. Disse que o município não
181 cobra do Estado. Falou ainda que muitos secretários do interior não sabem o que é PPI. Os representantes
182 da FHEMIG e da comissão de saúde da Assembléia Legislativa se colocaram à disposição do CMS/BH. O
183 presidente do CMS/BH, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho passa para os encaminhamentos e votação
184 das propostas apresentadas pelo plenário do CMS/BH. As propostas aprovadas foram: 1 - Solicitar ao
185 Conselho Estadual de Saúde que pautar o tema da dívida do Fundo Estadual da Saúde com o Fundo
186 Municipal da Saúde (cópia da ata); 2 - Acionar o Ministério da Saúde e Conselho Nacional da Saúde para



187 informar e solicitar medidas para que o Estado quite a dívida com a SMSA; 3 - Acionar o Ministério Público
188 nas instâncias Estadual e Federal, com objetivo de informar e solicitar medidas para que o Estado quite a
189 dívida com a SMSA; 4 - Enviar um comunicado aos conselhos distritais e locais de saúde sobre a dívida do
190 Estado com o município de Belo Horizonte; 5 - Solicitar à FHEMIG a prestação de contas do último
191 concurso público realizada pela Fundação. 6 - Solicitar à PBH que faça uma auditoria na Santa Casa; 7 -
192 Que as entidades ligadas à área da saúde, entrem com uma ação popular no poder Judiciário contra o
193 Estado para que se quite a dívida do mesmo com a SMSA; 8 - Convidar o secretário-geral da Presidência
194 da República (Luís Dulce) para debater com o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte sobre a
195 Reforma Tributária. 9 - Realizar uma manifestação pública, esclarecendo a população sobre a atual
196 situação da dívida e que este movimento chegue ao Palácio da Liberdade – ao governador do Estado. 10 -
197 Solicitar à Secretaria de Estado e à SMSA o calendário de reuniões sobre a Programação Pactuada
198 Integrada (PPI). O presidente do CMS/BH, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho passa para a discussão da
199 participação do CMS/BH na PPI – Programação Pactuada Integrada da região metropolitana de BH. Foi
200 aprovado uma comissão para acompanhar a PPI da região metropolitana, composta pelo seguintes
201 conselheiros: Luiz Moraes, Dorvalino Soares, Romeu Pires, Sebastião do Carmo, Roberto Francisco, Cléa
202 da Mata. Nos assuntos gerais, a ex-conselheira Anadil Benedita reiterou o convite para o Café Parlamentar
203 e explica o objetivo da realização do mesmo, que é a discussão a questão da saúde em BH com os
204 deputados e vereadores eleitos em BH. O presidente do CMS/BH, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho
205 com o apoio dos conselheiros remeteu a solicitação do Prefeito para que o CMS/BH indique o seu
206 representante no Conselho Municipal de Saneamento para a Câmara Técnica de Saneamento e Políticas
207 Intersetoriais. O conselheiro Hervécio informa que no mês de Junho/2003 acontecerá o Seminário de Saúde
208 do Trabalhador e convoca os membros da comissão de saúde do trabalhador do conselho para reunião no
209 dia 20/05/2003, às 17 horas, na sala do Conselho. Estiveram presentes: Cléa da Mata Carvalho, Cleber das
210 Dores de Jesus, Dorvalino Soares Silva, Elina Souza Santos, Gilson Silva, Helvécio Miranda Magalhães
211 Júnior, João Athayde Torres Valadares, Manoel de Lima, Maria Nazária de Souza Arruda, Paulo César
212 Machado Pereira, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, Rady Eddy Gilgliolis Silva, Regina Helena Lemos
213 P. Silva, Zenith Maria dos Santos, Luís Moraes Resende, Maria Terezinha Souza Assis, Maria Cristina
214 Ramos Vasconcelos Coelho, Edirany Almeida Soares, Sandra Maria dos Santos, Lourival Custódio da Silva,
215 José Laerte Castro, Maria de Lourdes Gomes, Luzia Maria Alves de Castro, Ricardo Castanheira P.
216 Figueiredo, Roberto Francisco Pereira, Rosalina Francisca Fernandes, Sebastião do Carmo Dias, Sérgio
217 Augusto A. Oliveira, Weber de Avelar Silva, Ester Braun Sander, Albertina Fonseca Alves, Romeu Pires de
218 Araújo, Vânia de Fátima Ferreira, Hervécio Cruz, Rubens Barbosa Soares. Justificaram: Jorge Lúcio Diniz,
219 José Afonso Soares, José Brandão Maia, José Valentim Lino, Rogério Soares Sena, Willer Marcos Ferreira,
220 Dimas das Lanças Mercês. Às 18:20 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi
221 lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e 2º secretário do
222 Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 15 de maio de 2003. JOM/vld